

A principal medida que deve ser tomada é a consolidação clara dos principais orçamentos do Governo. São três empresas estatais. No mundo ocidental, de modo geral, temos visto mudanças bastante substanciais em termos de política fiscal. Depois de dois choques do petróleo em 1973/74 e 1979/80, e agora com o choque representado pelas altas taxas de juros os países procuram compensar os efeitos dessas três crises fazendo maiores gastos fiscais. O desequilíbrio nas contas do Governo não é privilégio do Brasil. A coisa fica mais grave no Brasil porque desconhecemos nosso déficit. O cidadão não sabe como são arrecadados os recursos no Brasil, nem como são gastos, inclusive porque boa parte das despesas do Governo é camuflada nos subsídios.

Então, pergunto: como é que vamos calcular qual é o subsídio que está sendo dado à agricultura? O Governo, já disse o Ministro Delfim, não cria recursos. Ele administra recursos, transfere recursos de um setor para outro. Alguns setores são tributados e outros beneficiados, e é o Governo que promove essa transferência. Quanto de recursos está sendo transferido para a agricultura?

A segunda coisa é promover substancial redução do déficit fiscal. Segundo estimativas

Devemos esquecer as soluções mirabolantes

precárias, o déficit atinge atualmente oito a dez por cento do PIB. As empresas estatais apanham recursos do Tesouro; quanto é transferido a custo zero para elas? Qual é a transferência embutida nos empréstimos do Banco do Brasil às estatais a taxas preferenciais? É preciso que a sociedade conheça isso, não só algum ministro.

Todos os países que têm tido problemas de desequilíbrios internos e externos são países que tiveram déficits fiscais brutais. (Casos da Argentina e do México). O Brasil tem de evitar chegar à mesma situação. Ainda não é o momento de renegociarmos a dívida. No México e na Argentina, as reservas internacionais chegaram a zero. Já estão inadimplentes. O Brasil ainda tem um bom volume de reservas, não está em situação crítica. Agora, a persistir o déficit público, na magnitude em que está, vamos ter problemas muito mais sérios.

Entre os dez maiores projetos do Governo, o menor deles ainda exige investimento, nos próximos dois ou três anos, de 400/500 bilhões de cruzeiros. É um absurdo fazer projetos tão grandes simultaneamente. Não existe contrapartida de recursos reais da sociedade. Por isso, alguns desses projetos têm de ser paralisados.

O resultado da paralisação pode ser neutro em termos de balanço de pagamentos. Os Ministros têm dito que a taxa de retorno esperada

Havendo mais confiança o setor privado volta a investir

desses investimentos do Governo é alta. E que os projetos adiantados não podem ser paralisados. É um raciocínio falacioso, que não deve ser levado a sério. Todos nós temos um monte de projetos altamente rentáveis para fazer. Só não os fazemos por questão de restrição orçamentária. Temos de viver dentro dos nossos orçamentos. O Governo deveria viver dentro dos seus orçamentos também. Ocorre que, para o Governo, acaba sendo mais fácil, porque ele tem o Poder de emitir moeda, que nós não temos. É essa facilidade que leva o Governo a fazer projetos faraônicos simultâneos com dispêndio muito acima da capacidade de oferta da economia.

As empresas que realizam esses grandes projetos contribuem para captar recursos no exterior, mas também contribuem para importar. Se param, vão captar menos empréstimos;

Professor sabe como dar a volta por cima sem trauma

Mesmo reconhecendo que a situação é grave e que o Governo terá de reformular a política econômica após as eleições, o professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV e diretor-técnico do Escritório Levy, José Júlio Senna, acredita ser possível ao Brasil reorganizar a sua economia sem ter de provocar uma nova recessão. A fórmula a ser seguida é o que ele apresenta no seguinte depoimento ao JORNAL DO BRASIL:



Devemos esquecer as soluções mirabolantes

em compensação, também vão importar menos. Então, o efeito sobre o balanço de pagamentos é neutro. A preocupação maior é como que, politicamente e, na prática, em termos de endividamento já conseguido por essas empresas, os problemas vão ser resolvidos. Eu tenho a certeza de que as dificuldades serão grandes, mas têm de ser parados alguns projetos. Devem escolher uns dois e interromper.

Na prática, não se consegue realmente fazê-los. O resultado termina sendo uma tributação, sob a forma de inflação, sobre toda a sociedade. Não se consegue fazer os investimentos, no fugir dos ovos. As obras têm de ser paradas, adiadas, não se paga aos empreiteiros.

Existem duas formas de manipular a atividade econômica: a política monetária e a fiscal. A política fiscal não impede recessão, e sim a política monetária. Para evitar recessão violenta, é só não utilizar política monetária restritiva enquanto se reduz o déficit fiscal.

Quando o Governo consolidar as contas e fizer política de gastos bem feita (inclusive com uma reforma tributária, para tornar a tributação mais equitativa), a sociedade, acreditando nisso, haverá um efeito favorável do ponto-de-vista psicológico e a inflação tende a cair a curto prazo. A sociedade tem que ter confiança no que o Governo está fazendo. De 1964 para 65, a inflação caiu de 95 por cento para 35 por cento por força, em grande parte, da substancial reversão de expectativas que foi provocada pelo anúncio e execução de uma política fiscal austera. Só nos anos seguintes é que a política monetária foi apertada e só então a recessão realmente se apresentou.

O fluxo de investimentos privados está associado ao ritmo da atividade econômica. Quando os investimentos privados minguam,

como nos casos dos Estados Unidos agora (em razão dos altos juros), a economia entra em recessão. Havendo mais confiança, uma política mais clara, mais definida, o setor privado volta a investir, o setor externo volta a acreditar em nosso país e a coisa melhora substancialmente. Quando a sociedade se encontrar em posição mais saudável, a política monetária poderá ser ajustada, para se tornar compatível com a taxa de inflação mais baixa.

A grande preocupação do empresariado, qualquer que seja a sua origem, é a coerência da política econômica do Governo, é a confiança que precisam ter na política econômica do Governo.

É preciso realismo na área de política cambial e na correção monetária. O Governo não deve permitir uma defasagem grande, porque esses são, digamos assim, os preços básicos da economia. Na medida em que haja desconfiança com relação à condução dessas políticas, para a captação (os empresários ficam temendo

Para evitar a recessão violenta é só não utilizar uma política monetária restritiva

uma maxidesvalorização), para a exportação (ficam esperando condições mais vantajosas) efeito de realimentação inflacionária existe em todas as sociedades. A sociedade costuma reagir de três a seis meses após a adoção de medidas de política econômica; a inflação reage nove a dez meses após a adoção (fins de 81 início de 82) a recuperação viria em meados de 1983 e uma redução substancial da inflação correria até o final do ano. O PIB, em 83, poderia situar-se em quatro a cinco por cento, e a inflação, em 80 a 70 por cento.

Quanto mais rígida for a política, em termos de automaticidade de formulas, maior é o impacto de uma política antiinflacionária cortam empregados e aumenta o desemprego. Quanto mais flexível for a política, menor é o impacto sobre o nível de emprego. Há duas opções: salários reais mais altos para poucos e desemprego maior; ou salários reais temporariamente mais baixos para muitos, mas muito menor nível de desemprego. A fórmula, no

A segunda coisa é promover substancial redução do déficit fiscal

momento, não é flexível, não é democrática, portanto.

Afirma-se que a economia é demasiado aberta. Não é verdade. Diversos outros países apresentam participação do comércio internacional em relação ao produto de 40 por cento. A nossa é pouco superior a 10 por cento. Temos condições de ganhar mercados de outros países. As exportações brasileira arrefeceram, em grande medida, devido ao irrealismo de nossa política cambial nos últimos meses. Em 1980, tivemos uma defasagem cambial muito grande que não foi totalmente reposta; em 81, houve reposição parcial; em 82, voltamos a ter um certo irrealismo.

Devemos ter noção correta de que não devemos ter solução mirabolante. Isso só prejudicaria a economia brasileira. Pensa-se em máxi ou descolamento da correção cambial da correção monetária e pensa-se logo em proteger quem tomou empréstimos no exterior. Essa proteção, dado o nível dos fluxos internacionais, representaria um subsídio brutal, que a sociedade não tem condições de pagar. O descolamento (para chegar a uma taxa de 30 por cento de diferença entre o dólar oficial e o dólar de referência, que acompanharia a correção monetária) implicaria subsídio imediato de 14 por cento. Calculados em função da taxa de câmbio projetada e do fluxo de 18 bilhões de dólares de amortização e juros da dívida, representaria (o subsídio) 760 bilhões de cruzeiros todo o esforço de colocação da dívida pública interna nos últimos 20 meses. Se houver uma máxi (para chegar àqueles 30 por cento), o valor do subsídio iria a 1 trilhão 600 bilhões. Por isso, o realismo cambial deve vir por meio de 1º

O Governo reage às eleições com uma espécie de imobilismo

mudanças graduais e 2º redução da taxa de inflação.

Todos os problemas de um país ficam muito mais agravados quando a inflação é alta. Com uma inflação de 100 por cento é impossível uma economia funcionar.

O Governo diz que o subsídio à agricultura não é inflacionário. Mas não há correspondência entre o aumento do subsídio e o aumento da produção. Nos últimos anos, os subsídios foram multiplicados por três. E é impossível triplicar a produção de alguma coisa em tão pouco tempo. A produção de qualquer coisa na economia exige recursos reais: mão-de-obra, insumos, matérias-primas, infra-estrutura, terra. Recursos reais não podem ser multiplicados por três de uma hora para outra. Então, a política de aumento dos subsídios gera uma expansão monetária e um aumento da demanda muito maior do que o eventual impacto que possa ter sobre a produção. E o resultado é mais inflação.

A ser mantido o volume de subsídio atual, não vamos conseguir afetar a taxa histórica de crescimento da agricultura. Há desvio de recursos (aplicado em fertilizantes por exemplo) e o dinheiro, entrando na economia, gera mais inflação.